

Luciano Mendes
de Faria Filho

Cecília Vieira do
Nascimento

Marcilaine Soares Inácio

Mônica Yumi Jinzenji

Educar para civilizar

Periódicos mineiros como o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, *O Mentor das Brasileiras* e *O Sexo Feminino* tiveram importante papel na apropriação e difusão de idéias educacionais e "feministas" na sociedade oitocentista, ao divulgar discursos que defendiam a instrução como fundamento do ideal civilizatório.

> Falar em jornal no século XIX significa falar sobre liberdade de expressão, censura de impressão e, especialmente, sobre o papel da imprensa em uma sociedade preocupada com a civilização. Para as elites do momento, civilizar o povo consistia em sua formação moral e intelectual, que deveria corresponder a uma mudança de hábitos e valores, requisito para uma intervenção positiva no meio social.

A mudança da corte portuguesa para o Brasil representou o início de uma fase de mudanças socioculturais, entre as quais se destacam a promoção de festas cívicas, a edificação do Real Teatro de São João, o início oficial da produção impressa e a defesa da imigração européia, com o intuito de branquear a população, especialmente a carioca, mais próxima à corte.¹ A essas intervenções somavam-se a intenção de “iluminar os espíritos” por meio da instrução ministrada numa variada gama de instituições, as quais iam desde os próprios lares até os cursos recém-instalados de engenharia e medicina.

Não sendo, pois, a educação obra apenas da escola, segundo Duarte,² também o teatro, verdadeira “escola da moral pública”, deveria conscientizar e servir como veículo da razão, devendo para isso seduzir o espectador. Por sua vez, a literatura, por meio de suas linguagens e discursos metaforizados, deveria propagar intenções moralizadoras e civilizatórias. Não menos importante, a imprensa deveria servir como instrumento da ação educacional posta em marcha por uma elite que se auto-representava como portadora dos signos da civilidade.

Se uma das principais prescrições para o século XIX era a obrigação de educar, no cumprimento dessa obrigação a imprensa periódica deveria ter um papel insubstituível. Como afirma Palhares-Burke “é a partir do século XVIII que o jornalismo passa a constituir-se como um instrumento do iluminismo para mudar as idéias e maneiras das pessoas comuns”.³ Contudo, no Brasil, foi no final do período

colonial que marcadamente alicerçou-se a crença no poder do impresso de aprimorar a sociedade, e a convicção de que a imprensa periódica, veiculando idéias, possuía grande potencial para educar o público.

A imprensa era vista como o meio mais eficaz de

Influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas. [...] Tal função insubstituível da imprensa é geralmente justificada pela ausência de outros agentes educativos, como leis e um sistema de educação pública, que, caso existentes, poderiam fazer mais sistemática e formalmente o que o jornalismo fazia informalmente.⁴

Em terras brasileiras, a atividade jornalística tem seu marco inicial oficial em 1808, com a criação da Impressão Régia e a inauguração da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Imbuídos do propósito de civilizar a população e da idéia de aprimorar a sociedade, os periódicos nascidos no século XIX se auto-intitulavam “difusores de luz”, “veículos da cultura, do progresso e da liberdade”. Alguns, como *O Universal*, proclamavam que sua circulação regular e ininterrupta era um instrumento para a propagação das luzes e de um ideário educacional – que se pretendia moderno naquele momento.

A imprensa periódica assumia-se como agente cultural, mobilizador de opiniões e propagador de ideais. Essa busca por autonomia, representada pela periodicidade regular e pela reivindicação de liberdade de imprensa, pode ser um indicativo da construção da própria especificidade do jornalismo. Ao se transformar em prática autônoma e especializada, ao ocupar um lugar socialmente determinado e a partir daí desenvolver suas características específicas, o jornal passaria a alcançar sua legitimidade como discurso autorizado. Como nos chama a atenção França,⁵ a narrativa jornalística não se confunde mais com a dos

contadores de histórias ou a dos viajantes que narram mundos estranhos, muito menos com as conversas ao redor do fogo. Trata-se de um discurso que ganha lugar próprio, que exerce seu poder muito além da produção ou da guarda da informação, mas que se afirma pela amplitude de sua divulgação e seu potencial de socialização. Nas páginas da imprensa ecoa a voz dos sujeitos que observam, ouvem e reproduzem em forma de notícia as idéias correntes na sociedade. É, por assim dizer, a

[...] palavra da sociedade dirigida à própria, a propósito dela mesma. O jornalismo se separa da palavra personalizada e cria um tipo de ligação aberta e particular entre os interlocutores e com o seu tempo. Não se trata mais de sujeitos que falam, mas antes, de sujeitos que observam.⁶

Há fortes indícios de que o impacto da imprensa foi decisivo no Império brasileiro, passando a atingir um número cada vez maior de pessoas, mesmo que a quantidade de leitores ainda fosse muito pequena ao longo do século XIX. A prática da leitura em voz alta, costume da época, no âmbito doméstico ou em público, era valorizada, fazendo com que a palavra impressa fosse difundida para um círculo bem mais alargado do que o de seus leitores propriamente ditos.

Durante o século XIX mais de uma centena de periódicos foram criados em várias partes do Império, embora muitos deles tenham sobrevivido por poucos anos, ou até meses. Em Minas Gerais, somente até meados desse século, teriam sido criados 42 jornais.⁷ Esse número mais que dobrou na segunda metade do Oitocentos. Desses jornais, alguns merecem destaque, por contribuírem para uma melhor compreensão da relação entre a imprensa periódica e as propostas de instrução e civilização da população, o que será discutido em seguida.

Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública

O *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* foi criado por uma das 33 sociedades políticas organizadas em Minas Gerais no tumultuado e instável período das Regências.⁸ Tais sociedades tinham fins políticos, filantrópicos, literários e pedagógicos, com destaque para a primeira dessas finalidades, isso porque o surto associativo deveu-se, sobretudo, às diferentes posições políticas definidas após a abdicação de Dom Pedro I.

A abdicação de Dom Pedro I, em 7 de abril de 1831, foi celebrada pelos liberais moderados e exaltados como o advento de uma nova era. Contudo a euforia inicial, aos poucos, deu lugar aos conflitos decorrentes de diferentes posturas políticas. Os debates sobre os rumos do governo instalado após a abdicação e a manutenção da tranqüilidade e da segurança pública estavam na ordem do dia. Para os políticos e intelectuais era preciso evitar que o movimento político de 7 de abril se transformasse em revolução social, que comprometeria a integridade do império. Assim, além dos debates políticos, tinham lugar nas páginas desse jornal textos legais e atas de reuniões dos representantes políticos provinciais e imperiais.

Naquele período, a associação foi uma forma de organização e mobilização utilizada pelos intelectuais e políticos no sentido de exercer pressão e conduzir a formação do nascente Estado brasileiro. O referido surto associativo coincidiu com um franco crescimento da imprensa periódica, verificado em todo o Brasil e, de modo especial, no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, províncias muito implicadas nos debates políticos travados após 1831. Os intelectuais e políticos reunidos nessas sociedades utilizaram o jornal como principal meio de divulgação das idéias sobre as questões em debate na sociedade naquele momento.

No bojo desse movimento, diversas associações congêneres, entre elas a Sociedade Promotora da

Instrução Pública, criaram seu próprio periódico. Foi o caso d'O *Vigilante*, órgão da Sociedade Pacificadora, Philantrópica e Defensora da Liberdade e da Constituição de Sabará; do *Opinião Campanhense*, vinculado à Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, de Campanha; e da *Sentinela do Serro*, por meio da qual se expressava a Sociedade Promotora do Bem Público, da Vila do Príncipe.⁹

Criada em Ouro Preto, em 25 de março de 1831, a Sociedade Promotora da Instrução Pública tinha o intuito inicial de manter a biblioteca pública daquela cidade. No entanto, já em seus estatutos declarava que pretendia também

[...] fazer publicar hum jornal denominado Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública, que contenha notícias verídicas de todas as províncias do Império e principalmente o estado, e progresso da Instrução Pública de Minas, as Estrangeiras, e as doutrinas mais adaptadas à conservação da Monarquia Constitucional.¹⁰

O *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, cujo primeiro número veio a lume em 1832, era impresso na tipografia d'O *Universal*, em Ouro Preto, e teria circulado, semanalmente, até o ano seguinte ao de sua fundação,¹¹ embora os exemplares existentes não permitam precisar o período de sua existência.¹²

Seu redator era o destacado membro da elite intelectual moderada mineira, cônego José Antônio Marinho. Padre Marinho, como ficou mais conhecido, foi pároco em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, advogado provisionado, professor particular de primeiras letras na Bahia e de filosofia em São João del-Rei, Congonhas e Ouro Preto, vereador e juiz de Paz respectivamente na primeira e na última vila, onde também lecionou filosofia. Além de redigir o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*,

ele colaborou intensamente com a imprensa liberal, escrevendo ainda nos periódicos sanjoanenses *Astro de Minas*, *Despertador Mineiro* e *Americano*, bem como no *Constitucional*, de Ouro Preto. Chefiou, ainda, a redação do *Correio Mercantil* na capital do Império. Segundo Wlamir Silva, padre Marinho “foi ativo parlamentar, cuidando de todos os assuntos, e, sobretudo, de questões ligadas à educação”.¹³

A dimensão educativa da imprensa, a crença no poder de aprimorar a sociedade pela difusão da palavra impressa, por meio da circulação de idéias, fez com que os mais diversos assuntos figurassem nas matérias do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, tais como a política, a economia, a saúde e a educação, incluindo-se na discussão desse último tópico a organização e a eficiência da instrução.

A sua leitura permite acompanhar esses debates e possibilita enumerar um conjunto de palavras que, na sua recorrência, deixa-nos entrever a formação de um novo repertório lexical intensamente mobilizado nos primeiros anos da Regência, mas que permaneceu para além daquele momento político. Fazem parte desse repertório as palavras Estado, Nação, legalidade, ordem, liberdade, constitucionalidade, segurança nacional, deveres, direitos, cidadãos, progresso, difusão das luzes, educação, instrução. O excerto transcrito abaixo é muito fecundo para análise das questões postas acima:

O primeiro dever de um Patriota é fazer todos os esforços, para manter a tranqüilidade pública do seu Paiz, e nisto sobre tudo consiste o verdadeiro amor da Pátria. Sendo as leis, e os costumes o sustentáculo dessa tranqüilidade; é mister que opponhão devacidão, e os vícios, que tendem a destruí-la a severidade das Leis, e a austeridade das virtudes. Eis a origem dos importantes deveres que o bom Cidadão tem a prehencher a prol da Pátria [...].¹⁴

Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública, n. 62. Ouro Preto, 22 de julho de 1834. Microfilme. Acervo Biblioteca Nacional, RJ.



Em relação ao desenvolvimento econômico provincial, a agricultura, entre outros temas, merecia lugar de destaque:

É a agricultura a riqueza verdadeira, real, e primeira de um Estado. Os Povos que só se aplicão ao Comercio, d'elle gozão os fructos mas a arvore pertence às Nações dadas à Agricultura. A riqueza de uma Nação, que não tem a sua origem na agricultura, é artificial, e precária; esta na dependencia dos povos estrangeiros, que podem aniquila-la a cada momento [...].¹⁵

Minas Gerais, de modo especial o centro-sul mineiro, ocupou um lugar de destaque no abastecimento da corte, fato que trouxe ao debate público a questão agrícola. Regina Horta Duarte atribui a importância dada à agricultura, entre outras coisas, às tentativas de controle e sedentarização da “inquieta e heterogênea população mineira”.¹⁶ A historiografia relativa à economia da província na primeira metade do século XIX nos oferece elementos importantes para entender o lugar de destaque dado às “lições” de agricultura no *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*.

O crescimento da atividade agrícola parece mesmo, por diferentes razões, ter mobilizado os políticos e intelectuais mineiros. O tema repercutiu amplamente no *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, o que é evidenciado pela frequência com que foi tratado no periódico. Apropriando-se de uma prática longa da Igreja – o uso no catecismo como estratégia de educação –, o jornal manteve um longo e detalhado “Cathecismo de Agricultura”, que ocupou mais de 12 números seguidos.¹⁷ Nessa seção, podia-se ler, por exemplo, uma alentada matéria sobre “A cultura e o fabrico do chá”.¹⁸ Além das razões expostas acima, segundo Duarte (1995), o afincio dos redatores do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* em publicar lições sobre a atividade agrícola repousaria no parco conhecimento dos mineiros sobre as lides com a terra. Segundo a autora:

Cultivava-se a terra em “repetidos fogos e plantações sem arte”. Os cultivadores abandonavam rapidamente seus cultivos, indo procurar outras matas. Tornavam-se urgentes certas providências, como acostumar o lavrador ao emprego do arado e à instrumentalização de saberes agrícolas.¹⁹

Ainda no tocante ao desenvolvimento econômico, o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* trouxe em suas páginas texto abertamente propagandístico que visava a incentivar e legitimar a exploração da rede fluvial dos Rios Sapucaí e Rio Doce por duas empresas. No trecho intitulado “Navegação em Minas” lemos:

Estas duas empresas vão fazer refluir no centro da Província o equivalente de riquezas metálicas que della se tem exportado, seus imensos terrenos produtivos tomarão novo impulso, seu Comercio será mais animado, e o carroto menos dispendioso, emfim a navegação nos trará as vantagens, e commodidades, de que gozão os habitantes da Beira-mar.²⁰

Os modos e costumes da “inquieta e heterogênea população mineira” do século XIX aparentemente prescindiam de salubridade,²¹ e o redator do *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* esteve atento a tal questão. A população brasileira sofria as conseqüências dos precários hábitos de higiene, além da falta de saneamento, sendo que, na década de 1830, encontrava-se ameaçada por epidemias, entre elas a do cólera. Com o intuito de evitar a contaminação e propagação da doença, o jornal publicou um texto no qual anunciava

[...] os resultados práticos, e os preceitos geraes, que devem servir de guia ás authoridades públicas, e aos cidadãos em particular nas

circunstancias actuaes, e no caso, não provável, da invasão da moléstia.²²

Um jornal editado por associação autodenominada “promotora da instrução pública” não poderia deixar de publicar matérias sobre a educação elementar do período. Encontramos em cinco números duas partes de um “Projecto de Estatutos: para os licêos de Instrução Litterária Elementar da Província de Minas” que pode ser considerado um plano completo de organização da educação escolar. Esse plano define as disciplinas a serem lecionadas, os objetivos gerais e os específicos de cada uma delas e o melhor método para ensiná-las.

Além de discutir os assuntos relativos à educação, a Sociedade Promotora da Instrução Pública empreendeu diversas ações no sentido de auxiliar seu desenvolvimento na província mineira.²³ Essas ações encontram-se descritas principalmente nas sessões intituladas “Artigos d’officio” e nas transcrições das atas das reuniões da Sociedade. Trata-se da criação de aulas de francês, geografia e história ministradas na Biblioteca Pública e de frequência gratuita,²⁴ fazendo ainda solicitação, aos seus sócios, de materiais para ministrar essas aulas,²⁵ propondo subscrição para

[...] imprimir e espalhar pelos Alumnos das Escollas primárias da Província, a Constituição do Império, Regimentos dos Conselhos Geraes e de Governo, Câmaras Municipais, e Lei da Liberdade de Imprensa.²⁶

O *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública* se caracteriza, portanto, como um veículo por meio do qual uma parcela dos intelectuais e políticos mineiros buscou educar a população em vários aspectos da convivência social. Nele o leitor deveria aprender que a civilidade relaciona-se ao conjunto dos modos de viver e à própria garantia da vida. A ordem da natureza e a ordem social deveriam ser dadas a ler de modo a criar

uma adesão dos leitores às causas defendidas. Nesse particular, como veremos, esse periódico não era distinto dos demais.

Um periódico voltado para as senhoras

Inserido num contexto histórico e político semelhante, era impresso na Vila de São João del-Rei *O Mentor das Brasileiras*, que circulou de 30 de novembro de 1829 a 1º de junho de 1832. Segundo periódico brasileiro voltado para o público feminino,²⁷ foi o primeiro da Província de Minas Gerais destinado às mulheres e saía, semanalmente, pela tipografia do *Astro de Minas*, tendo sido impressos, ao todo, 129 números.²⁸

José Alcibíades Carneiro era um dos redatores, função que conciliava com a de professor da cadeira de gramática latina da vila, de advogado e de colaborar de um outro periódico sanjoanense, o já referido *Astro de Minas*. Alcibíades era um dentre os vários representantes das elites intelectuais e políticas que buscavam expressar e difundir seus ideais através da palavra impressa. Defensor da tendência política liberal moderada, dirigia-se às senhoras brasileiras buscando “doutriná-las” dentro desses ideais, tendo também, como intelocutores, os demais grupos políticos e outros periódicos seus contemporâneos.

Segundo o redator, *O Mentor das Brasileiras* surgiu para eliminar a ignorância que reinava entre o *belo sexo*, considerado a “parte mais influente da sociedade”. Entendia-se que a mulher, nos papéis de esposa e mãe, era a responsável pela harmonia familiar e pela educação dos cidadãos para servir à pátria. Logo, era necessário educá-la adequadamente, para o bem geral da nação.²⁹ A iniciativa de educar as mulheres é, de acordo com esse discurso, inaugurada pelo grupo político dos liberais. Estes buscavam superar uma “visão retrógrada” herdada do antigo regime, com base na

NÚMERO 15.

1830.

PREÇO 80 REIS.

O MENTOR DAS BRASILEIRAS.

Rendez-vous estimables par votre sagesse, et vos mœurs.

Syst. Soc.

SEXTA FEIRA 12 DE MARÇO.



Dos primeiros fundamentos da educação moral das meninas.

HE já bem demonstrado, que nascendo nos na ignorancia de todas as cousas, destituídos até dos meios necessarios para a mesma conservação do estado fisico, expostos a intemperie das estações, e sujeitos a toda sorte de miseria seria sem duvida o espaço da nossa vida o mesmo que o do nosso nascimento. se a natureza nao tivesse inspirado em nossos progenitores aquelle affecto, que os move a compadecer-se de nossa miseria, a levantar-nos da terra, procurar a nossa nutrição, desenvolver os órgãos da vida, e por-nos finalmente em estado de pagar o mesmo tributo a nossos filhos. Porem bem pouco aproveitaria, se elles cuidando unicamente na nossa educação fisica, se esquecessem inteiramente da nossa educação moral, isto he se deixassem o nosso espirito entregue às disposições do acaso, sem o necessario alimento das boas doutrinas, que os projectos adquirirão por huma continuação serie de experiencia: neste estado pouco, ou nada distariamos das brutas feras, cujo instincto melhor, que o nosso talvez as collocaria em circumstancias mais favoraveis.

Eis aqui porque tanto deve crescer o nosso reconhecimento de amor, e gratidão para com os nossos pais, quanto for o grão de educação

Jornal O Mentor das Brasileiras, n. 15. São João del-Rei, 12 de março de 1830. Microfilme. Acervo Biblioteca Nacional, RJ.

qual os “déspotas” mantinham a estagnação intelectual da população para facilitar sua submissão ao governo absoluto.

A partir dessas referências, criou-se o jornal, um veículo irradiador de lições de política e moral, visando à educação das mulheres brasileiras. A melhor compreensão dessas propostas educativas voltadas para o público feminino, nas primeiras décadas do século XIX, deve levar em consideração a análise dos diversos textos inseridos em cada número do jornal. Tratava-se de um trabalho de apropriação que envolvia a seleção dos conteúdos e a adaptação dos mesmos para o público leitor ao qual se dirigia.

O Mentor das Brasileiras teria circulado não só nas principais vilas de Minas Gerais, como Ouro Preto, Mariana, Campanha e Sabará, mas também pelas províncias contíguas, em especial Rio de Janeiro, São Paulo e até a distante Pernambuco. Constatação disso é o fato de que suas matérias foram citadas por jornais dessas localidades, como *O Farol Paulistano*, *O Tribuna do Povo*, *O Republico*, *Aurora Fluminense*, *Luz Brasileira*, *O Universal*, *O Popular*. Da mesma forma, *O Mentor* utilizou como fonte para suas matérias cerca de 50 periódicos das mais diversas partes do Brasil e de outros países.

Essa prática era característica dos jornais da primeira fase do periodismo no Brasil e possibilita visualizar, por um lado, a fluidez com que as idéias circulavam e eram incorporadas pelos veículos impressos, numa “intertextualidade desenfreada”.³⁰ Isso resultava num texto híbrido, cuja autoria era sempre relativa. Por outro lado, uma rede sustentada por alianças políticas era estabelecida e fortalecida por meio da circulação dos impressos periódicos.

O periódico que mais se destacou pelo alto índice de citação por *O Mentor das Brasileiras* foi o carioca *O*

Simplicio (1831-1833). A freqüência com que essas citações se deram pode ser explicada pelo tom direto e incisivo com o qual criticava o luxo nas roupas, os rituais e hábitos aristocráticos e o descuido com o “cultivo do espírito”, tanto pelas moças quanto pelos rapazes, repertório esse já há muito presente no periódico sanjoanense. Essa crítica se baseava na idéia de que o gosto pelo luxo era um dos principais sustentáculos dos Estados monárquicos e despóticos, uma vez que a servidão e a desigualdade de fortunas era condição para a manutenção da opulência dos grandes reinos.

Além das matérias de outros jornais, *O Mentor das Brasileiras* se destaca pela inclusão e adaptação de livros nas matérias publicadas. Muitos deles fizeram parte do universo impresso em circulação em São João del-Rei, seja por compor o acervo da biblioteca pública da vila, seja por constar em inventários ou testamentos de seus subscritores.³¹ Entre os autores resenhados ou adaptados, incluem-se Adam Smith, Diderot, Plutarco, La Fontaine, Montesquieu, Rousseau, Thomas Paine e Voltaire. Outros, como Bonnin, Fenelon, Volney, Jouy e Phedro figuram como autores cujas obras aparecem entre os títulos mais solicitados nos pedidos encaminhados à Mesa do Desembargo do Paço-RJ, no início do século XIX, igualmente constantes em inventários referentes ao Rio de Janeiro.³²

A ampla circulação e a disponibilidade figurariam entre as primeiras condições para a requisição desses livros. Quanto aos assuntos tratados, do ponto de vista dos editores do jornal, tanto mais interessantes seriam se propiciassem e alimentassem discussões sobre as formas de governo, tais como as vantagens da monarquia constitucional e a ruína e infelicidade que resultariam da monarquia absoluta. A adaptação das fábulas de Phedro (15 a.C.-50 d.C.) para a reflexão sobre os assuntos políticos e morais atuais é um bom exemplo de como a apropriação dos textos dava origem a outros textos, com novos significados.

Na fábula *O velho e o burro*, publicada n’*O Mentor das Brasileiras*, o burro se recusa a apressar os passos para se livrar e ao seu patrão dos ladrões que os perseguiam, já que, segundo este último, mesmo passando à propriedade dos ladrões, ele jamais deixaria de transportar as pesadas cargas de costume. O redator de *O Mentor* sobrepõe-se à interpretação originalmente sugerida e faz uma longa discussão acerca da situação política do primeiro reinado:

Nunca queremos Monarca sem Constituição nem Constituição sem Monarca. Por defendermos a Constituição, daremos a própria vida, e não nos tornaremos inertes, à maneira do burro da fábula. Para um fim tão justo, qual é sustentar a liberdade, nenhuma mãe negará seu filho, nenhuma esposa impedirá com imprudentes lágrimas os passos de seu marido [...].³³

Além de prescrever as atitudes e apontar os valores que deveriam ser seguidos pelas mulheres em defesa da pátria, a função do jornal era também a de combater os comportamentos ou hábitos que se distanciavam desses modelos, baseados na moral cristã. A entrega das mulheres à luxúria era um temor eminente e foi discutido de forma exemplar por Edward Young (1683-1765) em seu livro *Os castigos da prostituição*.³⁴ Nele se narra que uma jovem, arrependida por ter se entregado a um amante, viu sua vida arruinada para sempre, fazendo da prostituição seu meio de subsistência. Tal livro foi reproduzido parcialmente pelo jornal, tomando-se o cuidado de omitir os longos trechos argumentativos e descritivos, considerados inapropriados para a leitura das senhoras castas e virtuosas, por atacarem o pudor e excitar a imaginação.

O jornal estabelecia também uma interessante interlocução com a educação escolar, atividade ainda incipiente no início do Oitocentos.³⁵ Foi por meio dos jornais que muitos debates em torno da organização

da instrução pública ganharam ampla circulação, leis e atas de reuniões referentes ao tema, que eram publicados pelos periódicos.³⁶ Além desse papel de difusão, que auxiliava a legitimação da escola enquanto instância educativa, o jornal também assumia o papel de fiscalização e controle, visto que era o instrumento utilizado para tornar públicos os acontecimentos escolares, tais como abertura e provimento de escolas, divulgação e resultado dos exames públicos, frequência de alunos, entre outros.

É possível, portanto, acompanhar por meio dos jornais o estabelecimento das primeiras escolas públicas para meninas em Minas Gerais, assim como algumas atividades escolares, já que os periódicos reproduziam e difundiam o entusiasmo de professoras, alunas e da população em geral em torno da escolarização feminina. O jornal, sob esse aspecto, deve ser compreendido não apenas como fonte desses registros, mas como participante do processo de implementação e legitimação das escolas nas primeiras décadas do período imperial brasileiro.

O Mentor das Brasileiras, com suas características e especificidades, oferece um interessante e vasto material para o estudo da educação da mulher, no âmbito escolar, e também para o entendimento mais amplo da educação, contendo ainda elementos para reflexões sobre a cultura impressa, a cultura política e as questões de gênero naquele período.

Feito pelas mulheres

Já na segunda metade do século XIX, alicerçada por um ainda incipiente movimento "feminista", nascia a imprensa brasileira feita pelas próprias mulheres. Especialmente durante o último quartel do século, o Brasil foi o país latino-americano onde o jornalismo "feminista" demonstrou maior vigor.³⁷ Francisca Senhorinha da Motta Diniz,



Retratos de mulheres brasileiras, século XIX. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de; STROZENBERG, Ilana. *Álbum de família*. Rio de Janeiro: Comunicação Contemporânea, 1992. Comunicação Contemporânea, 1992.

redatora e proprietária do jornal *O Sexo Feminino*, é um nome de destaque dentre aquelas que se lançaram à palavra pública, por via do meio impresso.

Nascida em São João del-Rei, Francisca Diniz atuava como professora pública na cidade mineira de Campanha, onde vivia junto ao marido, o também professor e jornalista Joaquim Diniz, e as duas filhas do casal, Amália e Albertina Diniz. A família se dividia entre as lides da imprensa e o magistério.

Semanário dedicado aos interesses da mulher, segundo sua própria descrição, *O Sexo Feminino*

tem seu primeiro número – dos 44 que se seguiriam – editado em 7 de setembro de 1873. A circulação foi interrompida na mesma data do ano seguinte, quando a redatora e editora anuncia sua transferência para a cidade do Rio de Janeiro, onde continuaria a publicar jornais, em meio a uma efervescente imprensa dirigida e editada por mulheres.³⁸

A permanência de edições semanais por 12 meses ininterruptos em Campanha, pode ser considerada exitosa, se levamos em conta as dificuldades de manutenção de uma publicação jornalística,³⁹ sobretudo em se tratando de um jornal produzido por mulheres. Contudo, o fato de

Francisca Diniz utilizar-se da tipografia de seu marido, proprietário do jornal *O Monarchista*, possivelmente ajudou a tornar a empreitada menos árida. Sua tiragem alcançava média de 800 exemplares⁴⁰ e, após os dez primeiros números do semanário, foram reimpressos outros 4.000.⁴¹ Uma marca significativa para o período, sobretudo se considerarmos que o número de leitoras em potencial não alcançava um décimo da população de Campanha.⁴²

O Sexo Feminino despontava com o intuito de fazer companhia aos intelectuais que dominavam a imprensa de seu tempo. Surgia praticamente meio século após a liberalização da impressão no Brasil,⁴³ sendo um dos primeiros jornais nacionais escritos por mulher.⁴⁴ Vinha com o objetivo de questionar a condição social feminina, posicionando-se frente a questões políticas, culturais e educacionais. Lançando-se como órgão civilizador, se opunha à pena de morte, à escravidão e lutava pelo acesso ao saber e pela maior representatividade política e social da mulher.

A escrita feminina, tendo *O Sexo Feminino* como porta-voz, deveria abrir caminhos para a inauguração de uma rede de sociabilidades entre mulheres anônimas em diálogo com escritoras renomadas como Narcisa Amália e Georg Sand. O trecho a seguir, extraído de um artigo intitulado “O que queremos?”, é revelador de suas reivindicações e lamentava o estado de ignorância de direitos em que vivia a mulher. Tratava-se de reavê-los, e não propriamente de conquistá-los. A estratégia discursiva remete à necessidade de reconhecimento de direitos naturais que vinham sendo negados ou desrespeitados.

Queremos a nossa emancipação –
a regeneração dos costumes;
Queremos reaver nossos direitos perdidos;
Queremos a educação verdadeira que não
se nos tem dado a fim de que possamos
educar também nossos filhos;
Queremos a instrução pura para conhecermos
os nossos direitos, e deles usarmos em
ocasião oportuna;

Queremos conhecer os negócios de nosso
casal, para bem administrarmos-los quando
a isso formos obrigadas;
Queremos enfim saber o que fazemos,
o porquê e o pelo quê das coisas;
Queremos ser companheiras de nossos
maridos, e não escravas;
Queremos saber o como se fazem
os negócios fora de casa;
Só o que não queremos é continuar
a viver enganadas.⁴⁵

A educação e instrução femininas certamente representavam um dos principais direitos reivindicados como condição para se alcançar maior valorização das mulheres, que iam desde a esfera doméstica a uma progressiva ocupação no mercado de trabalho, assim como maior participação política. Nesse último ponto, tateava-se de forma cautelosa. Reivindicações junto aos legisladores, aos quais *O Sexo Feminino* cobrava intervenções mais efetivas no que entendia serem os “interesses da mulher”, demarcam sua percepção sobre o campo político, entendido como campo de poder.

A despeito dessa percepção, o voto feminino não aparece explicitamente em seu horizonte de reivindicações, senão como um ideal ainda distante. É o que se percebe quando o jornal trata, com certa ironia, do descaso dos homens quanto à votação das mulheres, sobre o direito de “votarem e serem votadas, que é o que, aliás, constitui verdadeira utopia na atualidade, e enquanto os homens não forem anjos; mas, entretanto, permanece e vai continuando na representação da tal farsa eleitoral”.⁴⁶

De maneira sutil, Francisca Senhorinha desenhava argumentos para a sustentação daquilo que viria a ser uma de suas principais frentes de batalha, ou seja, o sufrágio feminino. Em publicações subseqüentes, com destaque para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino (1889/1893)*, editado no Rio de Janeiro, em um contexto mais propício ao

movimento “feminista”, ela assumia, de forma contundente, sua posição favorável ao voto da mulher. Essa atitude sugere o próprio movimento vivenciado pela sociedade brasileira que, em meados do século XIX, alimentada por ares de liberdade, buscava eleger a imprensa como um *locus* privilegiado de ampliação do espaço democrático, inclusive no que se refere ao sufrágio feminino.

O direito ao voto da mulher era entendido como um desejo utópico, sobretudo se considerarmos que, nos primeiros anos da década de 1870, o número de eleitores era pequeno e, mesmo entre a maioria dos homens, era um direito ainda por se conquistar, pois para o eleitor se exigia uma renda mínima e certo grau de alfabetização. Assim como outras constituições latino-americanas, as leis brasileiras não faziam menção proibitiva, de forma direta, ao voto da mulher, uma vez que o título de cidadão era concedido somente aos homens. Contudo, não faltava fôlego para que algumas mulheres, por meio da imprensa, reivindicassem participação feminina em outros níveis, dando contornos de legitimidade à sua atuação política que culminaria na conquista do voto feminino nas décadas seguintes.

A causa “feminista” se fortalecia à medida que se solidarizava com argumentações em favor de uma sociedade mais igualitária, inclusive no que se referia aos escravos. Sem matérias específicas, a escravidão aparecia no jornal, em momentos pontuais, como uma prática incompatível com o mundo civilizado. Assim, pode-se ler no editorial de 20 de setembro de 1873:

Não há maior erro, mais triste ingenuidade do
que dizer-se que o século XIX é o século das
luzes, existindo a escravatura e a pena de morte,
os dois maiores crimes do mundo bárbaro, ainda
conservados no mundo civilizado.

Com a proibição do tráfico negreiro no Brasil, em 1850, acelerou-se a luta pela libertação dos escravos, contando

com uma adesão bastante significativa de algumas mulheres que, nas décadas seguintes, chegaram a organizar sociedades abolicionistas. De acordo com Maria Amélia Teles, a forma de participação das mulheres abolicionistas denunciava sua própria condição de subordinação.⁴⁷ Elas garantiam a infra-estrutura da campanha, vendendo doces, flores, tocando piano e cantando nas festas, como formas de levantar finanças em prol do movimento abolicionista.

Narcisa Amália, uma das poetisas colaboradoras de *O Sexo Feminino*, era uma abolicionista que, simpatizante de Nísia Floresta,⁴⁸ defendeu a abolição da escravatura, a causa republicana e a educação e emancipação da mulher. Contudo, em seus textos no periódico, ela não defendia a plataforma anti-escravagista. A maneira pouco expressiva como a questão da escravidão aparece nos números iniciais de *O Sexo Feminino* nos dá a dimensão de como a imprensa ainda gestava tais discussões, que foram tomando corpo, sobretudo na década de 1880, o que se reflete inclusive em publicações subseqüentes do jornal.

Em *O Sexo Feminino* percebemos diferenciações e variações no padrão historicamente produzido que identifica a mulher, por sua formação e educação, ao ideário monolítico de reclusão domiciliar. Por meio da valorização do desempenho do papel materno e no reconhecimento de sua intervenção moralizadora no seio da sociedade, a mulher reivindicava para si, por meio da imprensa, a conquista de uma centralidade que desconhecia até então. Esse discurso de promoção da mulher teria sido o “pontapé inicial” para posteriores conquistas de espaços até então exclusivamente destinados ao sexo masculino. Para além da afirmação de um novo perfil no interior da família, essas reivindicações foram se complexificando em sua progressiva inserção pública, transformando-se em luta política pela conquista da cidadania feminina, transpondo o espaço da casa, pleiteando outros, como as instituições de ensino superior e os espaços profissionais.

Considerações finais

Como vimos, no século XIX a imprensa periódica buscava cumprir, das mais diversas formas, um papel pedagógico e civilizador, situando-se no espaço intermediário entre o modelo de sociedade que acreditava ser necessário combater e o projeto da que pretendia instituir, veiculando padrões de comportamento, hábitos e valores. Os jornais faziam, assim, parte de uma ampla estratégia educativa e civilizatória e se autoproclamavam difusores das “luzes”.

No sentido de concretizar esse intuito, editores, redatores e colaboradores – entre os quais se incluíam algumas mulheres – punham em circulação nas suas páginas um conjunto de idéias, de expressões, de palavras, de modos de ver e de pensar a realidade que em muito contribuíram para a construção e, às vezes, para a crítica de nossa realidade social. O léxico político mobilizado, as propostas de instrução divulgadas, as críticas e/ou adesões às iniciativas estatais davam à imprensa um lugar de destaque no cenário político-cultural do Império. A todos esses aspectos devem-se somar aqueles relacionados à própria constituição do público leitor e dos “profissionais” da imprensa, todos eles envolvidos na difícil construção da opinião e da esfera públicas no Brasil.

Notas |

1. CHAMON, Carla Simone. Festejos imperiais – festas cívicas em Minas Gerais 1815/1845. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Fafich, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996; ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da vida privada no Brasil* – império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; IGLESIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *O Brasil Monárquico*: dispersão e unidade. Rio de Janeiro: Difel, 1964. v. 2, t. 2, p. 364-412.

2. DUARTE, Regina Horta. A fuga de Bach e o ano de 1938: para uma perspectiva contrapontística da história. In: _____. *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p.13-34.

3. PALHARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa como uma empresa educativa no século XIX. *Caderno de pesquisa*, n. 104, p.144-163, jul. 1998.

4. PALHARES-BURKE. A imprensa como uma empresa educativa no século XIX..., p. 147.

5. FRANÇA, Jean M. Carvalho. Aspectos civilizatórios da passagem de D. João VI pelo Rio de Janeiro. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 27, p.17-27, jul. 1998.

6. FRANÇA. Aspectos civilizatórios da passagem de D. João VI pelo Rio de Janeiro..., p. 29.

7. VEIGA, Xavier da. A imprensa em Minas Gerais (1807-1897). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, ano III, p. 169-250, 1898.

8. Arquivo Público Mineiro (doravante APM). SP PP 1/7, cx. 02.

9. VEIGA. A imprensa em Minas Gerais...

10. Artigo 3º, APM, SP PP1/42, cx. 01, env. 41. Na versão definitiva do Estatuto, a consolidação da monarquia hereditária constitucional representativa foi substituída por sistema constitucional.

11. VEIGA. A imprensa em Minas Gerais..., p. 196.

12. Encontram-se no acervo da Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, exemplares publicados entre 22 de junho de 1832 (nº 8) e 29 de julho de 1834 (nº 62). Como boa parte dos jornais da primeira metade do século XIX, o da SPIP contém quatro páginas. A primeira página, a diagramação, as sessões que o compõem, o tamanho, enfim, a materialidade do jornal é muito parecida com o conhecido *O Universal*.

13. SILVA, Wlamir. *Liberais e povo*: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Programa de Pós-Graduação em História, UFRJ, Rio de Janeiro, 2002. p.108.

14. *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 21, 13/10/1832, p. 63.

15. *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 24, 08/11/1832, p. 75.

16. DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses*: espetáculo de circos e teatros em Minas Gerais no século XIX. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

17. Como não possuímos todos os números do jornal, não é possível precisar quando se iniciou tal publicação, mas no n. 14, de 7 de setembro de 1832, encontramos a “Lição XI”, o que indica que a publicação havia se iniciado em número anterior. As lições do Cathecismo de Agricultura podem ser encontradas em mais 12 números do jornal. A última lição localizada foi a “Lição LVII” no n. 36, na página 122 do jornal, datado de 23 de fevereiro de 1833. O conteúdo e a falha no acervo (do n. 36 salta para o n. 41) indicam que esta não foi a última lição do catecismo a circular.

18. Tal matéria consta nos números 52, 53, 54, 56 e 61 do jornal, mas, assim como as lições do Cathecismo de Agricultura, não encontramos o final da matéria, devido à falha no acervo.

19. DUARTE. *Noites circenses*..., p. 70.

20. *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 44, 04/02/1834, p. 2.

21. DUARTE. *Noites circenses*...

22. *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 24, 08/11/1832, p. 74. O texto está dividido em duas sessões intituladas respectivamente: Higiene Publica, ou Conselhos às Authoridades no caso de ameaça ou invasão do Cholera-morbus e Higiene Privada, ou Conselhos aos cidadãos em caso de ameaça ou invasão do Cholera-morbus. Cf. ainda *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 24-28.

23. Ações da Sociedade Promotora de Ouro Preto em prol do desenvolvimento da Instrução Pública em Minas Gerais foram também levantadas

a partir de outras fontes e analisadas em INÁCIO, M. S. A trajetória da Sociedade Promotora da Instrução Pública de Ouro Preto (1831/1838). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Percursos e desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. 6., Anais... Uberlândia, 2006. p. 378-379.

24. *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 18, 18/09/1832, p. 1.

25. *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, 13/10/1832, n. 21, p. 1; n. 26, 07/12/1832, p. 84.

26. *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, n. 22, 10/1832, p. 67.

27. O primeiro periódico voltado para as mulheres, do qual se tem notícia, é o *Espelho Diamantino*, publicado no Rio de Janeiro em 1827-1828.

28. Possuía oito páginas e tinha dimensões menores que os principais periódicos do período, medindo 14,7 x 19,7 cm.

29. *O Mentor das Brasileiras*, n. 1, 30/11/1829, p. 1.

30. DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington*: um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 88.

31. MORAIS, Christianni C. Para aumento da instrução da mocidade da nossa pátria: estratégias de difusão do letramento na Vila de São João del-Rei (1824-1831). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

32. ABREU, Márcia. *Os caminhos dos livros*. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/ALB/Fapesp, 2003.

33. *O Mentor das Brasileiras*, n. 6, 06/11/1830, p. 41-45.

34. YOUNG, Edward. *O castigo da prostituição*: conto moral traduzido do francez por ***. Lisboa, na Impressão Régia, 1818, p. 26-28. Disponível em: <http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>.

35. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

36. FARIA FILHO, Luciano Mendes; SOUZA, Laurena Cristina Belo de. O jornal como fonte para história da educação: um estudo sobre jornais mineiros do século XIX. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. 2., Atas... São Paulo: Faculdade de Educação USP, 2000, v.. 2.; FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150; FARIA FILHO, Luciano Mendes; CHAMON, Carla Simone; ROSA, Walquíria Miranda. *Educação elementar*: Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

37. TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

38. *O Sexo Feminino* iria então se somar à efervescente imprensa feminina da corte, experiência que se caracterizaria por certa inconstância. Seu primeiro número sairia em 1875, continuando até o ano de 1877. Em 1880, Francisca Diniz publica uma revista semanal chamada *Primavera*. De 1887 a 1889, retoma a publicação de *O Sexo Feminino* e, com a República proclamada, em um maior engajamento político, edita quinzenalmente *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Além disso, colaborou com os jornais *Estação* e *A Voz da Verdade*, conforme informações de BLAKE, Augusto Victoriano Alves Sacramento.

Diccionario Bibliographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893, vol.2.

39. Dificuldades traduzidas pelo elevado número de jornais de vida efêmera durante o século XIX, segundo GONÇALVES, João Luiz Traverso. *A geografia da imprensa em Minas Gerais do século XIX*: uma conexão com as redes de cidades da província. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

40. *O Sexo Feminino*, n. 45, 7/09/1874, p. 1.

41. “Esta reimpressão tem por fim: 1º - satisfazer às reclamações dos assinantes que exigem os números anteriormente publicados; 2º - formar series décuplas que vão ser postas à venda na Corte; 3º - fazer-se coleção do periódico no fim do ano”. (*O Sexo Feminino*, n. 11, 15/11/1873).

42. De uma população total de 20.071 pessoas em Campanha, apenas 1.458 mulheres sabiam ler e escrever em 1872, número um pouco superior à diminuta média nacional, que era de 5,5% do total da população, segundo dados do Recenseamento daquele ano. A título de comparação, o índice de homens letrados, em 1872, era de cerca de 10% da população total, segundo dados apresentados por HAHNER, June Edith. *Emancipação do sexo feminino*: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 75.

43. A imprensa livre foi institucionalizada no Brasil após 1822, quando se aboliu a censura prévia no país, que vigorava desde 1808. SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

44. Antes de *O Sexo Feminino*, dois jornais haviam sido publicados por mulheres: *Jornal das Senhoras*, fundado por Joana Paulo Manso de Noronha, em 1852; e o *Bello Sexo*, escrito por Julia de Albuquerque Sandy Aguiar, em 1862.

45. *O Sexo Feminino*, n. 08, 25/10/1873, p. 2.

46. *O Sexo Feminino*, n. 18, 14/01/1874, p. 2.

47. TELES. *Breve história do feminismo no Brasil*...

48. Nascida no Rio Grande do Norte (1810-1885) teve importante atuação política, social e literária, não somente no Brasil como em vários países da Europa. Publicou seus escritos em livros e jornais, sempre tratando de assuntos polêmicos para a época e é considerada precursora do feminismo no Brasil. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras Brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000, p. 175-193).

Luciano Mendes de Faria Filho é doutor em Educação e professor de história da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE-UFGM). **Cecília Vieira do Nascimento** é doutoranda da FaE-UFGM. **Marcilaine Soares Inácio** é também doutoranda da FaE-UFGM. **Mônica Yumi Jinzenji** é doutora em Educação pela mesma instituição. Todos os autores são pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE-FaE-UFGM).